

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas

**CONTRATO Nº 00140/2017**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS E, DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA JORGE FLÁVIO DE SOUZA JÚNIOR - EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO EM REDE, CABEAMENTO ESTRUTURADO, MANUTENÇÃO DE ATIVOS DE REDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE DESTA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT/AM, DO SERVIÇO DA UNIDADE LOCAL DO CASTANHO/AM E DO SERVIÇO DA UNIDADE LOCAL DE HUMAITÁ/AM E DO NÚCLEO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT NA FORMA ABAIXO:

(1) - DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES**(2.1) - DA FINALIDADE E DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.2 - CONTRATANTE - O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede no Setor de Autarquias Norte - SAN, Quadra 03, Lote A, Edifício Núcleo dos Transportes em Brasília/DF, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 04.892.707/0001-00, através da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.892.707/0002-91, representado por seu Superintendente Regional, o Senhor JOSÉ FÁBIO PORTO GALVÃO, brasileiro, nomeado pela Portaria nº 721, de 20/12/2016, do Sr. Ministro dos Transportes, publicada no DOU de 21.12.2016, fls. 257, conforme Portaria de Delegação de Competência nº 305/2007 (DOU de 14.03.2007), fls. 255, alterada pela Portaria nº 769/2007 (DOU de 17.05.2007), fls. 256 e de outro lado a JORGE FLÁVIO DE SOUZA JÚNIOR - EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 02.036.840/0001-30, estabelecida na Rua dos Japoneses, nº. 479, Parque 10 de Novembro, Cep 69054-650, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JORGE FLÁVIO DE SOUZA JÚNIOR, portador da Cédula de Identidade nº 1 [REDACTED]-5-SSP/AM e CPF (MF) nº 475 [REDACTED]-00, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com o processo nº. 50601.000194/2016-18, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 450/2016 - 01, da Superintendência Regional do DNIT no

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Flores
CEP 68.058-775
Fone: (92) 3878-5703 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712



Superintendência Regional no Estado do Amazonas



Estado do Amazonas, observadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

(2.1) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, nos Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, na IN 02/2008- SLTI/MP e, subsidiariamente, nas Leis nº 8.666/93 e 9.784/99, no Decreto 3.555/00, alterado pelos Decretos 3.693/00 e 3.784/01, bem como será regido pelas normas e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 450/2016 - 01, constante do processo administrativo nº 50601.000194/2016-18. As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo supra, cujo resultado foi homologado em data de 10/02/2017 pelo Ordenador de Despesas do DNIT, fls. 241, conforme despacho decisório de homologação de mesma data, às fls. 242, publicado no DOU de 21/02/2017, Seção 3, às fls. 243, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a execução pela contratada, dos serviços de suporte e manutenção de informática, manutenção e ampliação em rede de cabeamento estruturado e manutenção de ativos de rede desta Superintendência Regional do DNIT/AM, do Serviço da Unidade Local do Castanho/AM, do Serviço da Unidade Local do Humaitá/AM e do Núcleo do Ministério dos Transportes - MT.

PARÁGRAFO ÚNICO

Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação da CONTRATADA no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666 de 21/06/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO - EMPENHO E DOTAÇÃO

(1) DO VALOR - O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, é de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

(2) - DO EMPENHO E DOTAÇÃO: As despesas do presente contrato correrão à conta dos recursos consignados à Superintendência Regional do DNIT/AM, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2017, sob a seguinte classificação: Fonte 0100000000, Natureza de Despesa 33.90.37 - 01, Programa de Trabalho 26122212620000001, conforme Nota de Empenho nº. 2017NE800015, datada de 22/02/2017, fls. 247/248, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para as despesas iniciais, que ficará fazendo parte integrante do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



empenhos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo DNIT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS

Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da CONTRATADA, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos integrantes deste instrumento, devidamente rubricados pelos representantes das partes contratantes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E PRORROGAÇÕES

O prazo de vigência deste contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contado a contar da assinatura deste contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e preços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO

Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestou garantia, sob a modalidade de Apólice de Seguro Garantia nº _____, fornecida pela Empresa _____, em data de ____/____/2017, no valor de R\$ _____ (_____), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) do valor a preços iniciais do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATADA reforçará a caução acima referida de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais e reajustamentos, se os houver.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias consecutivos após o Recebimento Definitivo dos Serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para a prestação de serviços continuados, após a execução do contrato será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Flores
CEP 69.058-775
Fone: (92) 3878-5702 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19 - A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:

6.1. Fornecer/executar o objeto da licitação de acordo com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do DNIT;

6.2. Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

6.3. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;

6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do DNIT/AM.

6.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DNIT;

6.6. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação aos seus empregados;

6.8. Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento /execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

6.10. Quando a CONTRATANTE for reclamada em ações judiciais trabalhistas que tenham como causa de pedir ação ou omissão imputável à CONTRATADA, esta fica

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Floresta
CEP 69.055-775
Fone: (92) 3878-5703 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



obrigada a ressarcir as despesas com o deslocamento de prepostos, testemunhas ou assistentes técnicos da CONTRATANTE e com o pagamento de suas respectivas diárias, quando devidas.

6.11. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA as notas fiscais da despesa ou outros documentos que comprovem as despesas efetuadas, devendo ocorrer o pagamento do reembolso no prazo de 10 (dez) dias.

6.12. Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto, a CONTRATANTE fica autorizada a realizar o desconto dos valores diretamente nas faturas ou créditos existentes.

6.13. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do Termo de Referência – ANEXO I;

6.14. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – ANEXO I

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT – Constituem direitos e prerrogativas do DNIT/AM, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8.666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores, e no que couber, nas **NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO**, vigentes no DNIT, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes:

7.1. Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato (se for o caso) relativos ao objeto da licitação;

7.2. Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução do objeto.

7.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos.

7.4. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação;

7.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 – Funchal
CEP 69.058-775
Fone: (92) 3878-5700 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



7.7. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – ANEXO I.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

PARÁGRAFO QUARTO – Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro da função profissional.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO – O DNIT/AM fiscalizará a execução dos trabalhos, diretamente através de servidor designado para esta finalidade e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas à consulta on-line do SICAF (Art.55, inciso XIII da Lei 8.666/93), acerca da situação cadastral da Contratada, bem como consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da lei nº 10.522/2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As consultas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante a vigência do contrato não serão admitidas paralisações dos serviços, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços executados somente serão recebidos pelo DNIT/AM, se estiverem de acordo com o Termo de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT/AM, bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 e suas posteriores alterações.

DNIT

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Av. Recife, nº 2479 – Fiores
CEP 69.058-775
Fone: (92) 3878-6703 Fax: (92) 3878-6702 / 3878-6712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



PARÁGRAFO TERCEIRO – Durante a vigência do contrato não serão admitidas paralisações dos serviços, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços executados somente serão recebidos pelo DNIT/AM, se estiverem de acordo com o Termo de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT/AM, bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO – este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise pelo DNIT/AM do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO – O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO – O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, após a execução do objeto da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da Nota Fiscal de Serviços, aceitação e atesto do responsável nos documentos hábeis de cobrança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.892.707/0002-91, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada diretamente no Protocolo do DNIT/AM que encaminhará ao responsável

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Fátima
CEP 69.058-775
Fone: (92) 3878-5702 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



PARÁGRAFO QUINTO - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \times \frac{6}{100} = \frac{6}{365} \times 6\% = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade do contratado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pelo DNIT/AM, ou mediante apresentação dos documentos por ele abrangidos: Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal Federal Brasil (certidão conjunta), FGTS e INSS.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao DNIT/AM, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

PARÁGRAFO OITAVO - O pagamento efetuado pelo DNIT/AM não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

PARÁGRAFO NONO - Quando a CONTRATANTE for reclamada em ações judiciais trabalhistas que tenham como causa de pedir ação ou omissão imputável à CONTRATADA, esta fica obrigada a ressarcir as despesas com o deslocamento de prepostos, testemunhas ou assistentes técnicos da CONTRATANTE e com o pagamento de suas respectivas diárias, quando devidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA as notas fiscais da despesa ou outros documentos que comprovem as despesas efetuadas, devendo ocorrer o pagamento do reembolso no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto, a CONTRATANTE fica autorizada a realizar o desconto dos valores diretamente nas faturas ou créditos existentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Será permitido o reajuste do valor inicial da proposta, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou da data do último reajuste. Deverá

DNIT
 MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

 Av. Recife, nº. 2473 - Funches
CEP 69.056-773
Fone: (92) 3878-5703 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



ser justificado e comprovado documentalmente e só terá efeitos após a aprovação por parte da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A repactuação será precedida de demonstração analítica de aumentos de custos, de acordo com a planilha de custos e formação de preços, apresentada pela Contratada e a comprovação da efetiva variação dos custos de fornecimento do objeto licitado, incidentes sobre o serviço, na data da repactuação, considerando o percentual de impacto deste item junto à planilha de custo apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REPACTUAÇÃO: Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado: Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato; Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à respectiva repactuação anterior.

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a ~~preclusão do~~ direito à repactuação. Nessas

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Flores
CEP 69.058-715
Fone: (92) 3578-5703 Fax: (92) 3578-5702 / 3578-5712



Superintendência Regional no Estado do Amazonas



condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado: da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado; Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração; as particularidades do contrato em vigência; a nova planilha com variação dos custos apresentados; indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte: a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa;

 MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

 Av. Recife, nº 2479 - Flores
CEP 69.059-775
Fone: (92) 3878-5705 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas



podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES – A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estenderá até a finalização dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, o DNIT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

a. Pelo Ordenador de Despesas do DNIT/AM, orientado pelo fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto do Contrato, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

- Quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura.

- Quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto.

- Quando a contratada descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

II. MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do DNIT/AM, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

Av. Recife, nº 2410 Flores
CEP 89.088-779
Fone: (92) 3878-5703 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas

**II.1. Nos casos de atrasos:**

a. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso.

b. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do DNIT/AM, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

c. 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas "a" e "b" desse mesmo subitem II.1.

II.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

a. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DNIT ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente.

b. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

II.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

a. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, se for o caso.

b. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada.

c. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

II.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo DNIT/AM ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do

DNITMINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVILAv. Recife, nº 2479 - Funches
CEP 69.058-776

Fone: (92) 3678-5703 Fax: (92) 3678-6702 / 3678-5712

dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

II.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- a. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias.
- b. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

II.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

II.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do DNIT/AM em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias.

III. SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

III.1 Por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

III.2 Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

III.4. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

a. O Serviço de Administração e Finanças do DNIT/AM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório.

b. O Ordenador de Despesas do DNIT/AM, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

III.5. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Ministro de Estado dos Transportes, à vista dos motivos informados na instrução processual.

I. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DO DIREITO DE DEFESA:

I. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

II. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

III. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

IV. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar:

- a. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.
- b. O prazo do impedimento para licitar e contratar.
- c. O fundamento legal da sanção aplicada.
- d. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

V. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

PARÁGRAFO QUARTO - DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

I. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial da União as sanções aplicadas com fundamento nos itens I e II do **Parágrafo Primeiro**, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

II. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas

297
20**PARÁGRAFO QUINTO - DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

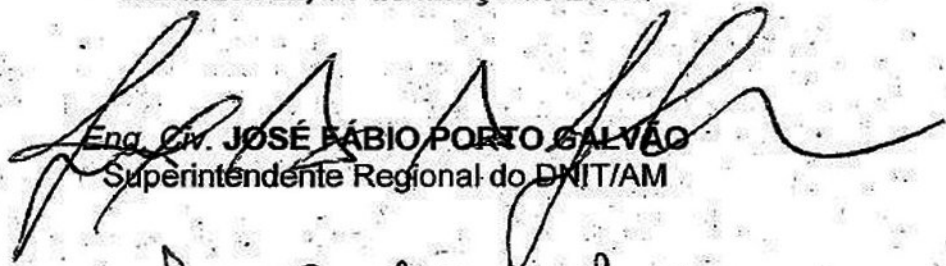
I. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao DNIT/AM pelo descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem.

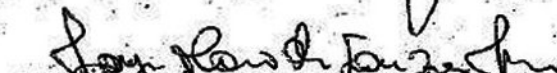
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO – As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal em Manaus – Seção Judiciária do Estado do Amazonas** - para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO – O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União. E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus Representantes Legais, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas identificadas.

Manaus/AM, 01 de Março de 2017.

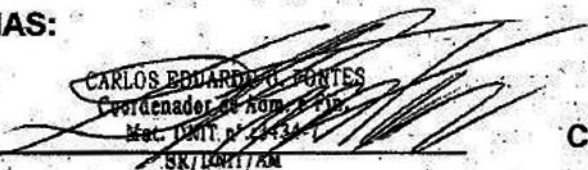


Eng. Civ. **JOSÉ FÁBIO PORTO SALVATO**
Superintendente Regional do DNIT/AM



JORGE FLÁVIO DE SOUZA JUNIOR
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - 
CARLOS EDUARDO G. PONTES
Coordenador de Adm. e Fin.
Mat. DNIT nº 3434-7
SR/DNIT/AM

CARLOS EDUARDO G. PONTES
Coordenador de Adm. e Fin.
Mat. DNIT nº 3434-7
SR/DNIT/AM
CPF: _____

2 - Silene Cavalcante Silva

CPF: 406. [REDACTED] 20

DNIT

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Av. Recife, nº 2478 – Flores
CEP 69.053-775
Fone: (92) 3878-5703 Fax: (92) 3878-5702 / 3878-5712

DNIT

Superintendência Regional no Estado do Amazonas

PARÁGRAFO QUINTO - DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

I. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao DNIT/AM pelo descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO – As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal em Manaus – Seção Judiciária do Estado do Amazonas** - para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO – O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União. E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus Representantes Legais, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas identificadas.

Manaus/AM, 01 de Março de 2017.

Eng. Civ. **JOSÉ FÁBIO PORTO GALVÃO**
Superintendente Regional do DNIT/AM

JORGE FLÁVIO DE SOUZA JUNIOR
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1 -
CARLOS EDUARDO G. PONTE
Coordenador de Adm. e Fin.
Mat. DNIT nº 3434-7
SR/DNIT/AM

CARLOS EDUARDO G. PONTE
Coordenador de Adm. e Fin.
Mat. DNIT nº:3434-7
SR/DNIT/AM

CPF: _____

2 -
Silene Cavalcante Silva

CPF: 406 [REDACTED] 20